O LUGAR DA SEMÂNTICA EM UMA TEORIA GRAMATICAL*

Márcia CANÇADO (Universidade Federal de Minas Gerais)

ABSTRACT: *This paper is about the thematic roles into a grammatical theory. I propose a representational semantic view of thematic roles where there is an autonomy between a syntax and semantics. Also, I give empirical evidence from Brazilian Portuguese of some syntactic properties which is restricted by semantic factors.*

KEYWORDS: *thematic roles; semantic autonomy; empirical evidence; representational semantics.*

o. Introdução

O que se pretende propor neste texto é adoção da semântica em uma teoria gramatical, não como sendo uma interpretação da sintaxe, mas como sendo um módulo autônomo e distinto, com princípios e constituintes próprios, assim como o módulo sintático. O que se entende por autonomia entre esses dois módulos é que cada um tem sua estruturação e funcionamento próprios, mas são ligados entre si por um princípio, que é o conhecido princípio da hierarquia temática. Nesse módulo semântico, teríamos uma organização das nossas representações mentais, em uma estrutura conceitual que reflete as relações predicativas constituídas pelas propriedades semânticas dos itens lexicais - o sentido lexical - e pelo resultado da composição desses elementos; estamos aqui falando dos conhecidos papéis temáticos. Além dessa representação conceitual entre eventos e objetos e às expressões a que se refere, assume-se também que a linguagem se estende através de mecanismos dêiticos, quantificacionais e modais que associam as representações conceituais a determinados estados de fato. Não se exclui, portanto, a relevância gramatical de uma semântica referencial, tradicionalmente construída como uma semântica de valores de verdade e da forma lógica da linguagem (Franchi e Cançado, 1998).

A diferença básica entre essa proposta e a maioria das abordagens lingüísticas correntes é que estamos deslocando a noção de papéis temáticos da sintaxe para um componente semântico, ou seja, "estamos dando a César o que é de César". Esse componente semântico não só leva em conta a existência dos papéis temáticos, mas também atribui relevância gramatical ao conteúdo semântico desses papéis, ou seja, tem relevância para a estruturação das frases falar-se de um agente, paciente, etc.

---

* Este texto é fruto de um trabalho conjunto com Carlos Franchi; evidentemente, as afirmações, que aqui farei, são de minha inteira responsabilidade.

Cançado, M. 2000. O Lugar da Semântica em uma Teoria Gramatical. *Estudos Linguísticos* 29: 67-78

1. A Relevância Gramatical dos Papéis Temáticos

A noção de papéis temáticos foi, primeiramente, introduzida Fillmore com a sua Gramática dos Casos (1968) sob a alegação de que as relações gramaticais de sujeito, objeto, etc. são insuficientes para traduzir as relações de dependência existentes entre certas construções. Para ilustrar mais essa idéia, vejamos os exemplos abaixo :

(1)a. João abriu a porta.
b. A porta abriu.
(2)a. João vendeu uma casa para Maria.
b. Maria comprou a casa de João.

Vemos que em (1a e b), *a porta* tem a mesma função semântica de paciente, mas em (a) exerce a função sintática de objeto e em (b) de sujeito. Em (2), *João e Maria* estão em uma relação semântica de vendedor/comprador mas suas funções sintáticas são diferentes.

Diante disso, propõe-se que as noções semânticas dos papéis temáticos fossem incluídas em uma teoria gramatical. Entretanto, as definições utilizadas correspondem a caracterizações intuitivas, e, certamente, divergentes quanto a suas classificações; considerou-se que essas definições são muito informais e vagas para um tratamento teórico. Por isso, muitos foram levados a desistir de considerar os papéis temáticos como parte de uma teoria gramatical, e, atualmente, há um consenso entre a maioria dos lingüistas de que os papéis temáticos, ou casos de agente, tema, etc. exercem um papel puramente descritivo. Vejamos algumas dessas definições encontradas na literatura:

(3) Agente:
- O agente é a função desempenhada por um ente animado que é responsável, voluntária ou involuntariamente, pela ação ou pelo desencadeamento dos processos.
- O agente é o elemento controlador da ação.
- Algo que realiza a ação; incluindo aí animados , força naturais e inanimados.

(4) Paciente:
- Elemento que é modificado no processo ou na ação.
- Incorpora-se sob essa função o elemento que especifica aquilo que está em determinado estado ou recebe uma determinada descrição.

Pelos exemplos acima, já se pode perceber porque essas definições foram muito criticadas na literatura: corria-se o risco de encontrar uma lista enorme de papéis temáticos e também pelo fato de os critérios usados nessas definições nem sempre permitir a distinção de argumentos de modo inteiramente exclusivo. Por isso, a maioria dos autores, principalmente os gerativistas , apesar de concordarem intuitivamente que essas noções existem e são importantes na língua, só as usam de uma maneira descritiva. Porém, outros como por exemplo Jackendoff (1990), continuaram tentando definir esses papéis de uma maneira mais consistente e abrangente.

Mas insistir em um modelo onde o conteúdo semântico dos papéis temáticos é levado em consideração não é uma simples questão de gosto. Isso se deve à existência de alguns dados das línguas que corroboram a necessidade para uma teoria gramatical de se distinguir semanticamente esses papéis. Ou seja, se existem questões de natureza semântica, mais especificamente, questões envolvendo o conteúdo semântico dos papéis temáticos que restringem e/ou ordenam a estruturação sintática das orações, elas devem fazer parte de uma teoria gramatical. Darei alguns exemplos do português que me fizeram seguir um caminho distinto dos gerativistas, seguindo a idéia de uma semântica forte e autônoma como propõe Jackendoff.

A ergativização é uma propriedade sintática que ocorre com verbos transitivos diretos, assim como a passiva, em que o sujeito da sentença é omitido, deixando vaga a primeira posição argumental, e levando para essa posição o argumento interno; note-se que, para haver esse processo, é necessário que o evento descrito permaneça o mesmo, sendo omitido apenas o agente desse evento. Entretanto não são todos os verbos transitivos que permitem tal propriedade. Vejamos os exemplos abaixo:

(5)a. José quebrou *o vaso de barro*.
b. José encheu *o vaso de barro* com terra vegetal.
c. José modelou *um vaso de barro*.
d. José colocava *o vaso de barro* na estante.
(6) a. *O vaso de barro* quebrou.
b. *O vaso de barro* encheu com terra vegetal.
c.**O vaso de barro* modelou.
d.**O vaso de barro* colocou.

A sintaxe não tem nenhuma explicação para as não-ocorrências em (c) e (d). Para Whitaker-Franchi (1989), o que barra as frases em (6c e d) são algumas condições semânticas. Whitaker-Franchi especifica essas condições:

- a ergativização não é possível quando o verbo é necessariamente agentivo;
- e ela só ocorre quando o argumento interno é um objeto afetado pelo processo.

Um outro exemplo de que existem restrições de natureza semântica para que certas propriedades sintáticas ocorram é o processo de passivização. Cançado (1995) lança a hipótese que para serem aceitas as construções passivas, o papel temático do argumento externo tem que ter um traço de [+controle]. Vejamos que nas frases abaixo, consideradas estativas, em que não há o traço de controle, as passivas não são aceitas:

(7)a. O fazendeiro tem/possui cem alqueires de terra.
b.*Cem alqueires de terra são tidos/possuídos pelo fazendeiro.

Mas observem que se usarmos os mesmos verbos, porém, para descrevermos eventos que tenham características agentivas, cujo o traço de controle estaria presente na posição de argumento externo, a passiva é razoavelmente boa:

(8)a. Suzana teve seus três filhos em uma cabana.
b.?Os três filhos de Suzana foram tidos em uma cabana.

(9)a. O diabo possuiu o homem totalmente.
b. O homem foi possuído pelo diabo.

O mesmo caso ocorre nos exemplos abaixo:

(10)a. João recebeu uma herança.
b. A herança foi recebida por João.
(11)a. João recebeu um tapa.
b.*O tapa foi recebido por João.

Veja que (10) acarreta o controle de João, ao contrário de (11). Isso pode ser visto pelas ocorrências abaixo, que pressupõem controle por parte dos sujeitos das frases; se não há o controle, a sentença não é boa:

(12)a. João não vai mais receber a herança; ele a rejeitou.
b.*João não vai mais receber um tapa; ele o rejeitou.

Um último exemplo é o dos chamados verbos psicológicos. A literatura diz que ocorre um estranho fenômeno com essa classe de verbos em que os papéis temáticos de Experienciador e Tema aparecem tanto na posição de sujeito como na posição de objeto; não existe outra classe de verbos transitivos em que ocorra tal fenômeno:

(13)a. João temia os fantasmas.
Exp Tema
b. Os fantasmas assustavam João.
Tema Exp

Para Cançado (1995) a explicação de tal fenômeno é exclusivamente de ordem semântica; adota-se uma descrição semântica mais fina dos papéis temáticos e a existência de uma hierarquia temática que funciona como um princípio de ligação entre a sintaxe e a semântica. Tendo-se esses pressupostos em mente, podemos dizer que na realidade os papéis temáticos que envolvem as frases em (13) a e b são:

(14)a. João temia os fantasmas.
Exp Objetivo
b. Os fantasmas assustavam João.
Causa Exp

E, portanto, não existe apenas uma alternância de papéis na estruturação de frases envolvendo verbos psicológicos, mas sim a aplicação de uma hierarquia entre os papéis que organiza a estrutura sintática das orações. De uma maneira bem simplificada, podemos dizer que essa hierarquia estabelece a preferência para a posição de sujeito do Experienciador em relação ao Objetivo, e da Causa em relação ao Experienciador.

Outros trabalhos têm sido feitos na direção de se mostrar a relevância do conteúdo semântico dos papéis temáticos. Pode-se citar: Construções com Verbos de Movimento (Cançado, em prep.); Adjunção e Complementação: Um Estudo

Sintático/Semântico (em prep. Tese de Mestrado de Alice Lana - Orientação: Márcia Cançado); e Construções com Verbos Estativos (em prep. Tese de Mestrado de Carla Moreira - Orientação: Márcia Cançado).

Os fortes indícios de que certos aspectos semânticos são relevantes para a sintaxe das expressões corrobora, portanto, a adoção de um modelo de semântica representacional no tratamento dos papéis temáticos.

2. Esboço de uma Proposta: Vantagens

2.1 Atribuição Composicional de Papéis por Acarretamentos:

Dowty (1989) entende que o conteúdo semântico dos papéis temáticos se define a partir da família de acarretamentos[1] partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo . Reformulando essa proposta parcialmente, Franchi e Cançado (1998) falam de argumentos de "expressões predicadoras" e não de verbos. Primeiro para incluir nesse termo os itens lexicais que entram em relações predicativas, independentemente da categoria sintática em que se manifestem (nome, verbo, adjetivo/advérbio, preposição); segundo, para dar conta do processo composicional que reconstrói o sentido das expressões complexas. Seguindo com a definição de Dowty, agora reformulada para predicadores, primeiramente, define-se um papel temático individual como sendo o conjunto de todas as propriedades que se pode atribuir ao indivíduo através dos possíveis acarretamentos das expressões predicadoras. No exemplo:

(15) João beijou Maria.

Podemos nos referir ao papel temático individual como o conjunto de acarretamentos possíveis atribuídos a *João* pela expressão predicadora beij*ar Maria.* Portanto, se é verdade que João beijou Maria, é verdade que:

(16)a. João tem controle sobre a ação de beijar;
b. João agiu de um certo modo intencionalmente;
c. João desencadeou a ação de beijar;
d. João tem boca;
e. João tocou Maria;
f. João e Maria estavam próximos; etc...

Em um segundo passo, define-se um papel temático-tipo como uma intersecção sobre o conjunto de papéis individuais de classes de verbos, relevantes para uma teoria gramatical (evidentemente, acarretamentos como d, e, f não serão relevantes para o português). Assim em um grupo de verbos que poderíamos classificar de agentivos:

[1] A noção lógica de acarretamentos é dada por: se A é verdade, B necessariamente é verdade.

(17) João beijou, assassinou, empurrou, atirou...

teremos a intersecção dos acarretamentos atribuídos ao argumento *João* como sendo o papel temático-tipo, ou seja, o papel temático-tipo é o conjunto de acarretamentos que são comuns a todos os papéis temáticos individuais do argumento *João* dos diferentes predicadores. Por exemplo, esse grupo de acarretamentos, ou o papel temático tipo do argumento externo de (17), poderíamos rotular, descritivamente, de "agente". Mas sempre tendo em mente que termos como "agente", "paciente", "experienciador" e outros similares referem-se a certos papéis temáticos prototípicos, mais freqüentemente associados a um grande número de predicadores

Utilizando-nos da noção de atribuição composicional de papel temático e da definição de papel temático-tipo, ou simplesmente papel temático daqui para frente, livramo-nos de dois tipos de problemas cruciais que vem permeando a noção de papel temático desde então:

(18)a. Paulo quebrou o vaso com um martelo.
b. Paulo quebrou a promessa.
c. Paulo quebrou o andamento das coisas.
d. Paulo quebrou a cara.

Adotando-se a atribuição composicional de papel temático, não teremos mais o problema de falar em quatro tipos de *quebrar*. Teremos sim, quatro predicadores distintos; em a, é *quebrar o vaso com um martelo* que é o predicador atribuidor de papel temático a Paulo, em b é *quebrar a promessa*, em c é *o andamento das coisas* e em d é *quebrar a cara*.

Um segundo ponto é que a definição proposta aqui, permite-nos caracterizar os papéis temáticos de modo mais flexível. Como já foi observado acima, uma das dificuldades para caracterizar esses papéis de modo inequívoco está no fato de que os critérios usados nas definições nem sempre permitem distinguir argumentos de modo inteiramente exclusivo. Isto é, propriedades associadas ao agente, como a iniciativa, o controle e a intencionalidade, se reconhecem em beneficiarios e comitativos; a mudança ou afetação do objeto em determinados processos, que gostaríamos de tomar como critério para a caracterização do paciente, se atribui em muitos casos ao agente; agentes, pacientes, beneficiários se comportam, se colocamos o foco sobre o movimento envolvido em determinadas ações, como fonte, tema e meta; e assim por diante. Considerem orações comuns na linguagem coloquial:

(19)a. O professor correu o garoto atrevido para fora da sala.
b. A mãe casou a filha bem.
c. O pai estudou todos os filhos até a faculdade.

Nas análises correntes, teríamos problemas para atribuirmos os papéis temáticos do objeto das frases em (19), porque *garoto/filha/filhos* seria um agente, no sentido em que eles, de certo modo, controlam a ação, mas também seriam classificados como pacientes no sentido em que são afetados pela ação do *professor/mãe/pai*. E também teríamos dois agentes na mesma sentença. A atribuição de dois papéis

temáticos a um único argumento, e a dois argumentos de uma mesma sentença sendo atribuído um único papel temático vai de encontro ao conhecido critério theta, que é um critério aceito por várias correntes lingüísticas. Mas se falamos em um grupo de acarretamentos atribuídos ao argumento como sendo o papel temático desse dado argumento, não teremos nenhum problema para classificar os papéis temáticos em (19). Ao *professor/mãe/pai* poderíamos atribuir o seguinte papel temático: têm controle sobre a ação, desencadeiam um processo, etc., que descritivamente poderíamos chamar de agente prototípico. Ao *garoto/filha/filhos* atribuiríamos o seguinte papel temático: têm controle sobre a ação, desencadeiam um processo, são afetados por uma ação, etc, que descritivamente poderíamos chamar de agente/afetado ou paciente/agentivo.

Casos como o exemplo (19) têm desencorajado a incorporação dos papéis temáticos em uma teoria explícita da gramática (ou de princípios como o da hierarquia temática). Entretanto, não há nada de estranho nesses fatos, quando se pensa que os papéis temáticos se caracterizam justamente por essas variadas intersecções possíveis (agente-afetado, agente-fonte, agente-destinatário). E é justamente o caráter mais flexível e aberto do conceito de papéis temáticos adotado que nos facilita a estratégia de atribuir um estatuto teórico não a papéis temáticos assim definidos, mas a certos acarretamentos cruciais, estes sim relevantes no estabelecimento da hierarquia temática e, pois, nos processos de seleção argumental.

2.2 Hierarquia Temática: Perspectivas

A Hierarquia Temática é um princípio que estabelece a ligação entre a semântica e a sintaxe, ou seja, é ela quem estabelece uma lista ordenada dizendo qual papel temático vai para qual posição sintática. Não há, porém, inteiro consenso sobre como implementar essa hipótese. De um modo geral, os autores a definem como parte da própria organização semântico-conceitual seja da estrutura do evento, seja da representação lexical. As propostas diferem, ainda, em como as regras de correspondência são especificadas. Mas para todas as abordagens, a concepção básica do sistema, do ponto de vista da correspondência entre o temático-para-sintático, é a mesma. Finalmente, do ponto de vista da ordenação dos papéis temáticos em uma hierarquia, apesar de pressuposta, geralmente, como universal, existem controvérsias quanto à posição relativa de alguns papéis, como os de tema, instrumento, meta/fonte/locativo e também quanto à relação dos papéis dentro desse último grupo. Isso decorre do fato que, na definição da hierarquia temática, não se faz distinção entre funções e macrofunções, nem entre os planos em que se organizam, tentando estabelecê-la em uma única seqüência linear. Um exemplo disso seria a hierarquia abaixo:

(20) Ag> Benef.> Exp.> Ins.> Tema/Paciente > Locativo.

Essa formulação, por privilegiar o critério de escolha do elemento para a promoção a sujeito, dificulta muito o estabelecimento correto da correspondência entre as funções semânticas e as funções gramaticais, sobretudo no que diz respeito à organização da estrutura dos argumentos internos.

Com essas breves referências às propostas correntes sobre o princípio da hierarquia temática, vamos, pois, mostrar rapidamente a proposta elaborada em Franchi e Cançado (1998). São pressupostos os seguintes itens:

- A hierarquia organiza a representação semântico-conceitual dos eventos e distribui os argumentos nas posições sintáticas básicas da oração, ou seja, nas posições de sujeito e complementos.
- A hierarquia temática tem um caráter implicacional no sentido de que ela pressupõe uma determinada sucessão na construção das relações temáticas conforme o evento descrito;
- disso decorre que a hierarquia temática não é definida em um único plano (em uma única sequência linear), mas em uma estrutura pluridimensional complexa: existe uma hierarquia que chamaremos de horizontal que é estabelecida por macro-funções; existe dentro das macro-funções uma hierarquia vertical que é estabelecida pelas propriedades dos acarretamentos que compõem o sistema gramatical do português brasileiro; e existe os planos da causação e da locação que dividem essas propriedades.

Dito o acima, vejamos, pois, o princípio da hierarquia temática:

(21) O PRINCÍPIO DA HIERARQUIA TEMÁTICA[2]

CAUSAÇÃO- ->AFETAÇÃO -->ESTATIVIDADE-→DESTINAÇÃO

A				
U	controle			
S	cau. dir.	afetação	estado psi.	interesse
A	cau.ind./ins		objetivo	
Ç			outros	
Ã				
O				
-------	-------	-------	-------	-------
L	fonte	tema	locativo	meta
O				
C.				

Dada a hierarquia, aplica-se o seguinte:

A. Os acarretamentos dos papéis temáticos que representam um determinado evento obedecem a uma hierarquia temática em relação aos argumentos nucleares, ou seja, sujeito e complementos.

B. No português brasileiro, primeiramente, os acarretamentos se ordenam hierarquicamente pelas propriedades em horizontal, que chamaremos de macro-funções:

CAUSAÇÃO > AFETAÇÃO > ESTATIVIDADE > DESTINAÇÃO

C. Havendo dois papéis concorrentes em uma mesma macro-função, aplica-se a hierarquia vertical; o mais alto ocupa a posição nuclear e havendo outro acarretamento da hierarquia

[2] Lembro que as propostas aqui mostradas ainda fazem parte de um programa de pesquisa em andamento, e não de um modelo acabado.

horizontal, esse ocupa a outra posição nuclear; o acarretamento concorrente da hierarquia vertical vai para uma posição periférica (adjunção), não passando mais pela hierarquia.
D. Em qualquer caso, os acarretamentos do plano da Causação antecedem os dos plano da Locação.

Vejamos alguns exemplos de como funciona o princípio.

(22)a. {Agente, Pac}: Paulo assassinou o parceiro.
b. {Agente, Ben, ...}: Paulo ajudou Maria a vestir-se.
c. {Agente, Exp, ...}: Paulo assustou Maria com um grito.
d. {Agente, Obj}: Paulo usou uma faca.
e. {Agente, Obj}: Paulo desenhava a paisagem.
f. {Agente, Res}: Paulo construiu uma casa.
g. {Agente, Tema}: Paulo levou o livro (na escola).

A grande maioria dos verbos do português que se inclui na classe que se costuma chamar de "ação-processo" e de "atividade" acarretam ao seu argumento externo (ou sujeito): *ter algum papel direto no desencadeamento do processo, ter controle sobre esse processo.* Veja que, na posição de argumento interno, ocorre uma variedade de papéis, mas segundo a hierarquia, qualquer propriedade localizada na macro-função da Causação tem privilégio para a posição de sujeito.

Ou podemos ter , também, alguns desses verbos que em outras circunstâncias admitem na posição de sujeito um argumento que tem como acarretamento, somente, *ter algum papel indireto no desencadeamento do processo (a-d)* ou *ser o instrumento ou meio utilizado no desencadeamento do processo(e-f)*, que são da macro-função CAUSAÇÃO. Também nesse caso temos esses papéis na posição do sujeito:

(23)a. O descuido do médico matou a criança.
b. João quebrou o vaso com o empurrão que José lhe deu.
c. Falar de si própria assustou Maria.
d. A chegada de José alegrou Maria.
e. O grito de José acordou Maria.
f. O chá acalmou Maria.

Excluindo os verbos "de ação", temos alguns verbos experienciais e benefactivos, aqueles que, respectivamente, têm na posição de sujeito o acarretamento de *estar em um determinado estado mental* e *ser interessado no processo*:

(24)a. {Exp, Obj}: João tem medo de fantasmas.
b. {Exp, Obj}: João olha para o seu passado.
c. {Ben, Obj}: Sam recebeu uma herança.
d. {Ben, Obj}: Sam cortou o cabelo com o Carlos.

Poderíamos concluir erroneamente que os acarretamentos acima também indicam uma preferência para a posição de sujeito. Mas, se examinamos os exemplos abaixo:

(25)a. {Cau,Exp} As provas preocupam/assustam Maria.
b. {Cau,Exp,Obj} Este livro lembra João de sua infância.

c. {Agente,Ben} João pagou/xingou Maria pelo serviço.
d. {Agente,Obj,Ben} João construiu uma casa para José.

Em (24), temos os mesmos acarretamentos de (25), e o Beneficiário e Experienciador estão em posição de complemento e até de adjunção. O que observamos é que em (24), além dos acarretamentos citados acima, também existe um outro acarretamento, inexistente em (25), que privilegia a posição de sujeito - *o de ter um certo controle sobre o processo.* As frases abaixo indicam um certo controle dos Exp e Ben:

(26)a. João vai parar de ter medo de fantasmas; ele se prometeu.
b. João não quer mais olhar para o seu passado.
c. Sam desistiu de receber a herança.
d. Sam não vai mais cortar o cabelo com o Carlos.

O que não ocorre com as frases em (27), onde uma leitura atribuindo controle aos Exp e Ben é impossível:

(27)a.*As provas preocupam Maria para ela se esquecer do namorado.
b.*Este livro lembra João de sua infância para ele se esquecer do passado.
c.*João pagou Maria pelo serviço para ela ganhar mais. (é agramatical na leitura relevante; uma leitura em que o controle da segunda sentença está no Agente é possível.)
d.*João deu/construiu uma casa para José para José se esquecer de seu apartamento.(o mesmo de c)

Portanto, o que podemos concluir é que o que está impulsionando os argumentos para a posição de sujeito é o acarretamento de *ter controle*, pertencente à macro-função CAUSAÇÃO, preferencial para essa posição.

Existem, também, alguns poucos predicadores de processo que admitem um complemento, mas esse, porém, é sempre caracterizado pelo acarretamento de *estar em determinado estado*:

(28)a. {Pac,Res} João tornou-se/ficou o líder de todo o grupo.
b. {Pac,Obj} João igualou o irmão na esperteza.
c. {Exp,Obj} Rosa sofreu muito com José.

Portanto, vemos que na ausência de um papel pertencente à macro-função CAUSAÇÃO, a preferência para a posição de sujeito é da macro-função AFETAÇÃO. Isso se confirma no caso de alguns verbos de estados transitivos, em que quando o argumento-sujeito expressa o acarretamento de *estar em determinado estado*, o argumento-objeto só ocorre também como um estado:

(29)a.{Exp,Obj}: João adora falar de si mesmo.

b.{Obj,Valor}: O livro custou cem reais aos alunos.
c.(Obj,Referência}: O seu ordenado equivale ao meu.
d.{Obj,Locativo}:João mora em São Paulo.

Deve-se notar, porém, que a Hierarquia Temática, formulada em termos de macro-funções, esconde outras duas dimensões em sua linearidade. De fato, os acarretamentos dessas macro-funções são correlatos a acarretamentos no plano da Locação; e, também, a seleção dos argumentos depende de uma ordenação dos acarretamentos específicos que se incluem nessas macro-funções, ou seja, existe uma hierarquia vertical.

Por exemplo, um evento que tenha em sua representação papéis temáticos da macro-função Causação, na seleção do argumento-sujeito, obedece a uma hierarquia em que o *controle* e o *desencadeamento direto do processo* predominam sobre o *ser o meio ou o instrumento pelo qual se dá o processo* e *desencadeamento indireto de um processo*:

(30)a. Sam quebrou o vaso de raiva.
b.*A raiva quebrou o vaso por/com Sam.
(31)a. Sam quebrou o vaso com um empurrão.
b.*O empurrão quebrou o vaso por/com Sam.
(32)a. Sam quebrou o vaso com um martelo.
b.*O martelo quebrou o vaso por/com João.

Na macro-função da estatividade temos que o experienciador antecede o objetivo que por sua vez antecede o resultativo, e alguns outros acarretamentos como termo de referência e o valor:

(33)a. João amou a festa.
b. O livro ficou o que nós desejávamos.
c. O prêmio vale o sacrifício que fizemos.
d. O livro custa dez reais.

Em qualquer caso, os acarretamentoss do plano da Causação antecedem os do plano da Locação:

(34)a. A seta aponta o norte.
b. Os caminhos rodeiam o parque florestal.
(35)a. Sam mora em uma bela casa.

E que em construções indicando direção, a fonte sempre antecede a meta:

(36)a. Eu vou de São Paulo à Belo Horizonte em 1h.
b.*Eu vou à B.H. de São Paulo.

Esses seriam, portanto, alguns exemplos ilustrativos de como a hierarquia funciona. E para concluir, ressalto que a abordagem pluridimensional proposta elimina a visão linear de uma hierarquia como a mostrada em (20), resolvendo assim os problemas expostos acima para outras hierarquias.

RESUMO: Esse artigo trata dos papéis temáticos e sua relevância para uma teoria gramatical. É proposto que se inclua um módulo semântico autônomo, assim como a sintaxe teria seu módulo. Para corroborar essa hipótese, são mostradas evidências empíricas do português brasileiro em que certas propriedades sintáticas sofrem restrições de ordem semântica.

PALAVRAS-CHAVES: papéis temáticos; semântica autônoma; evidências empíricas; semântica representacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CANÇADO, Márcia. A Relevância dos Papéis Temáticos vistos sob a Ótica de uma Semântica Representacional. Tese de Doudorado. IEL: UNICAMP, 1995.

DOWTY, David. On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role. IN: Chierquia, Partee e Turner (eds.). *Properties, Types and Meaning*. Studies in Linguistic and Philosophy, 2: Semantic Issues. Daordrecht: Kluver: 69-129, 1989.

FILLMORE, Charles. The Case for the Case. In E. Bach e R. Harms (eds). *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinnehart and Winston, 1968.

FRANCHI, Carlos e Márcia Cançado. O Estudo das Relações Semânticas (Papéis Temáticos) em uma Semântica Representacional. UNICAMP/UFMG. Manuscritos, 1998.

JACKENDOFF, Ray. *Semantic Structures*. Cambridge (MA): MIT Press, 1990.

WHITAKER-FRANCHI, Regina Célia . As Construções Ergativas: Um Estudo Sintático e Semântico. Tese de Mestrado. IEL. UNICAMP, 1987.